

BRVIAS HOLDING VRD S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais  
e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

BRVIAS HOLDING VRD S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e aos Administradores da  
BRVias Holding VRD S.A.  
Lins - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding VRD S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados, como um todo, no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Avaliação de *impairment* do ativo intangível e impostos diferidos

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 14 e 19 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada mantém registrados, em 31 de dezembro de 2025, impostos diferidos (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e ativo intangível composto, principalmente, pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 92% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia e sua controlada foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, base das premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

#### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação da metodologia de *impairment* utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1)/IAS 36;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia e sua controlada para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nºs 14 e 19 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

#### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.



Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Marcos Vinicius Galina Colombari'. The signature is written in a cursive style and is positioned above the printed name.

Marcos Vinicius Galina Colombari  
Contador CRC 1 SP-262247/O-8

# BRVias Holding VRD S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

### ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	58	30	545	612
Aplicações financeiras	9	-	-	74.559	44.615
Contas a receber	10	-	-	30.233	24.811
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	1.325	2.221
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	169	1.699
Partes relacionadas	11	-	-	1.220	964
Outros créditos	-	32	32	3.728	2.288
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	-	-	-	1.676
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>90</b>	<b>62</b>	<b>111.779</b>	<b>78.886</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Partes relacionadas	11	146.599	118.143	6.290	6.290
Depósitos judiciais	-	-	-	1.359	1.432
Investimentos	12	491.559	437.392	-	-
Imobilizado	13	-	-	17.749	13.615
Intangível	14	-	-	1.580.298	1.516.927
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>638.158</b>	<b>555.535</b>	<b>1.605.696</b>	<b>1.538.264</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>638.248</b>	<b>555.597</b>	<b>1.717.475</b>	<b>1.617.150</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# BRVias Holding VRD S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	26.758	31.614
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	56	-
Debêntures	16	-	-	107.093	62.672
Fornecedores	17	-	-	33.756	70.954
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	6.036	1.645
Passivo fiscal	-	-	-	3.598	4.956
Obrigações sociais	-	-	-	8.319	8.564
Provisão para manutenção	18	-	-	70.797	53.111
Partes relacionadas	11	2.118	1.947	176	193
Parcelamento de Impostos.	-	-	-	1.948	1.936
Outras contas a pagar	-	-	-	4.784	4.779
Dividendos a pagar	11	66	66	66	66
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.184</b>	<b>2.013</b>	<b>263.387</b>	<b>240.490</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos.	15	-	-	1.453	2.386
Debêntures.	16	370.539	323.636	1.152.815	1.123.420
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	4.172	4.862
Parcelamento de Impostos	-	-	-	2.973	4.221
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	-	23.642	8.450
Provisão para contingências	20	-	-	3.508	3.372
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>370.539</b>	<b>323.636</b>	<b>1.188.563</b>	<b>1.146.711</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>372.723</b>	<b>325.649</b>	<b>1.451.950</b>	<b>1.387.201</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21	376.870	376.870	376.870	376.870
Reserva de capital	21	25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados	21	(136.806)	(172.382)	(136.806)	(172.382)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>265.525</b>	<b>229.949</b>	<b>265.525</b>	<b>229.949</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>638.248</b>	<b>555.597</b>	<b>1.717.475</b>	<b>1.617.150</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRVias Holding VRD S.A.

### Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional líquida</b>	22	-	-	476.954	513.752
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(196.460)	(181.443)
Custo de construção	23	-	-	(89.974)	(157.328)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>190.520</b>	<b>174.981</b>
Despesas gerais e administrativas	23	(82)	(76)	(6.446)	(7.750)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(82)</b>	<b>(76)</b>	<b>184.074</b>	<b>167.231</b>
Receita financeira	24	28.456	5.198	37.531	15.822
Despesa financeira	24	(46.965)	(35.366)	(145.829)	(120.903)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(18.509)</b>	<b>(30.168)</b>	<b>(108.298)</b>	<b>(105.081)</b>
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	-	54.167	124.466	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>35.576</b>	<b>94.222</b>	<b>75.776</b>	<b>62.150</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(26.779)	(22.939)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	(13.421)	55.011
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>35.576</b>	<b>94.222</b>	<b>35.576</b>	<b>94.222</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação em Reais - R\$</b>		<b>0,07951</b>	<b>0,21057</b>	<b>0,07951</b>	<b>0,21057</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BRVias Holding VRD S.A.**  
**Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos**  
**em 31 de dezembro de 2025 e 2024.**

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Lucro líquido do exercício	35.576	94.222	35.576	94.222
Total de resultado abrangente do exercício	35.576	94.222	35.576	94.222

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRVias Holding VRD S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital integralizar</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(266.604)	135.727
Resultado do exercício	-	-	-	-	94.222	94.222
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(172.382)	229.949
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(172.382)	229.949
Resultado do exercício	-	-	-	-	35.576	35.576
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(136.806)</u>	<u>265.525</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRVias Holding VRD S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	35.576	94.222	35.576	94.222
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação	-	-	2.560	2.482
Amortização	-	-	72.371	62.134
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	872	146
Provisão para manutenção	-	-	50.147	43.977
Provisão para contingências	-	-	136	1.131
Resultado de equivalência patrimonial	(54.167)	(124.466)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	46.904	35.308	140.610	139.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	13.421	(55.011)
	<b>28.313</b>	<b>5.064</b>	<b>315.693</b>	<b>288.362</b>
<b>Aumento e redução no ativo:</b>				
Contas a receber	-	-	(5.422)	1.103
Despesas pagas antecipadamente	-	-	896	(861)
Outros créditos	-	-	163	(2.883)
<b>Aumento (redução) no passivo:</b>				
Fornecedores	-	-	(37.198)	18.596
Passivo fiscal corrente	-	-	(1.358)	(4.799)
Obrigações sociais	-	-	(245)	1.429
Contas a pagar	-	-	(1.232)	5.265
Realização de provisão para manutenção	-	-	(32.461)	(39.125)
Outros passivos	-	-	3.701	(2.261)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(50.914)	(37.696)
<b>Fluxo de caixa aplicado e gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>28.313</b>	<b>5.064</b>	<b>191.623</b>	<b>227.130</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras	-	-	(329.279)	(298.130)
Resgate das aplicações	-	-	299.335	314.207
Aquisição de imobilizado	-	-	(7.566)	(3.022)
Adição ao intangível	-	-	(135.742)	(185.301)
<b>Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(173.252)</b>	<b>(172.246)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Partes relacionadas	(28.285)	(5.072)	(273)	34
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	33.600	25.800
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(51.765)	(81.659)
<b>Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(28.285)</b>	<b>(5.072)</b>	<b>(18.438)</b>	<b>(55.825)</b>
<b>Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>28</b>	<b>(8)</b>	<b>(67)</b>	<b>(941)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	30	38	612	1.553
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	58	30	545	612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando está a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

### 1.1. Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2025	2024
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336,500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667,630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária; e
- Realização de investimentos na Rodovia.

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade (normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 18** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção; e
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para contingência.

### Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- **Nota Explicativa nº 25** – Instrumentos financeiros.

## 5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

## 6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

### a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### **Ativos financeiros**

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

#### **Classificação dos ativos financeiros**

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Custo amortizado**

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 23).

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

#### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### **Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

#### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

#### **Contratos de garantia financeira**

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

#### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

### **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

#### **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

#### **Provisões gerais**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### **Provisão de manutenção – Contratos de Concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

### **b) Capital social**

#### **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

## c) Imobilizado

### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### (ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### (iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	04 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

## d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

### (i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

#### **(ii) Direito de outorga**

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

#### **(iii) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

#### **(iv) Gastos subsequentes**

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

#### **(v) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

---

Softwares	05 anos
-----------	---------

---

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

**(vi) Direito de uso**

A Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos que transferem o direito de uso de um ativo identificado, conforme o CPC 06 (R2).

O ativo de direito de uso é mensurado ao custo e depreciado pelo prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando a taxa de juros implícita no contrato ou, quando não disponível, a taxa incremental de financiamento.

A Companhia opta por não reconhecer ativos e passivos de arrendamento para contratos de curto prazo e de baixo valor, reconhecendo os pagamentos como despesa ao longo do período do contrato.

**e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros – não derivativos**

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

**(i)** novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**f) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**i) Provisão de manutenção – contratos de construção**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

**h) Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

**i) Receita operacional**

**(i) Receita de pedágio**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

**(ii) Receita de construção**

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

**j) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**k) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**l) Resultado por ação básico e diluído**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

## 7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) **Alterações na 21/CPC 02 R2** - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) **Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

## f) IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

### Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

### Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

### Avaliação do impacto na Companhia

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas.

A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

## 8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	58	30	433	500
Fundo de troco / numerários em trânsito	-	-	112	112
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>30</b>	<b>545</b>	<b>612</b>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

## 9. Aplicações financeiras – Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva (i)	158	149
Garantia (i)	33.131	31.361
Livre (ii)	41.270	13.105
<b>Total</b>	<b>74.559</b>	<b>44.615</b>

(i) **Reserva e Garantia:** Aplicação destinada para pagamento do projeto, movimentada pelo Banco depositário.

(ii) **Livre:** Disponível para liquidez em qualquer momento, movimentada pela Companhia.

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

## 10. Contas a receber – Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico	25.939	21.234
Visa - vale-pedágio	88	140
Protege S.A. Proteção e Transporte	1.067	1.000
DBTrans S.A.	-	93
Outros	3.139	2.344
<b>Total</b>	<b>30.233</b>	<b>24.811</b>

Idade de vencimento dos títulos	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a vencer até 30 dias	29.392	24.080
Créditos a vencer até 60 dias	171	104
Créditos a vencer até 90 dias	670	627
<b>Total</b>	<b>30.233</b>	<b>24.811</b>

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e a Companhia também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

## 11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Diretores estatutários	27	32

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

**a) Contas patrimoniais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>		-	-	<b>1.220</b>	<b>964</b>
BRVias Ltda.	(ii)	-	-	1.220	964
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>146.599</b>	<b>118.143</b>	<b>6.290</b>	<b>6.290</b>
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(v)	140.309	111.853	-	-
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.	-	6.290 (*)	6290	6.290	6.290
<b>Total do Ativo</b>		<b>146.599</b>	<b>118.143</b>	<b>7.510</b>	<b>7.254</b>
<b>Passivo Circulante</b>		-	-	<b>(176)</b>	<b>(193)</b>
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(176)	(193)
<b>Dividendos a pagar</b>					
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(iv)	(33)	(33)	(33)	(33)
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(iv)	(33)	(33)	(33)	(33)
<b>Total</b>		<b>(66)</b>	<b>(66)</b>	<b>(66)</b>	<b>(66)</b>
<b>Outros créditos contas a pagar</b>					
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (i)		(2.118)	(1.947)	-	-
<b>Total</b>		<b>(2.118)</b>	<b>(1.947)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT);

Transações que afetaram o resultado:

	Nota	Valor da transação no resultado			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Serviços prestados</b>					
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(1.152)	(1.503)
BRVias Ltda.		-	-	(3.097)	(1.600)
Outros	(iv)	-	-	(5)	(41)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.254)</b>	<b>(3.144)</b>

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Saldos de dividendos a pagar; e
- (v) Transação na modalidade de mútuo entre partes relacionadas.

## 12. Investimentos – Controladora

A sua controlada registrou lucro de R\$ 54.167 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (lucro de R\$ 124.466 em 2024). A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

### ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>100%</b>	<b>113.807</b>	<b>1.599.406</b>	<b>1.713.213</b>	<b>263.321</b>	<b>958.333</b>	<b>1.221.654</b>	<b>491.559</b>	<b>486.029</b>	<b>431.862</b>	<b>54.167</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>100%</b>	<b>80.771</b>	<b>1.531.974</b>	<b>1.612.745</b>	<b>240.425</b>	<b>934.928</b>	<b>1.175.353</b>	<b>437.392</b>	<b>524.376</b>	<b>399.910</b>	<b>124.466</b>

## 13. Imobilizado – Consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total	
<b>Custo</b>						
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		5.973	12.425	3.823	8.006	30.227
Adições		310	1.457	267	988	3.022
Baixas		(26)	(75)	(45)	-	(146)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>6.257</b>	<b>13.807</b>	<b>4.045</b>	<b>8.994</b>	<b>33.103</b>
Adições		833	4.693	306	1.734	7.566
Baixas		(136)	(658)	(78)	-	(872)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>6.954</b>	<b>17.842</b>	<b>4.273</b>	<b>10.728</b>	<b>39.797</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>(5.121)</b>	<b>(7.513)</b>	<b>(2.208)</b>	<b>(2.164)</b>	<b>(17.006)</b>
Depreciação no exercício		(284)	(1.196)	(219)	(783)	(2.482)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>(5.405)</b>	<b>(8.709)</b>	<b>(2.427)</b>	<b>(2.947)</b>	<b>(19.488)</b>
Depreciação no exercício		(221)	(1.436)	(214)	(689)	(2.560)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>(5.626)</b>	<b>(10.145)</b>	<b>(2.641)</b>	<b>(3.636)</b>	<b>(22.048)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>852</b>	<b>5.098</b>	<b>1.618</b>	<b>6.047</b>	<b>13.615</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.328</b>	<b>7.697</b>	<b>1.632</b>	<b>7.092</b>	<b>17.749</b>

## 14. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Direito de Uso	Total
<b>Saldo em 1° de janeiro de 2024</b>	<b>48.601</b>	<b>819.846</b>	<b>8.166</b>	<b>413.597</b>	<b>452.984</b>	<b>3.485</b>	<b>15.577</b>	<b>1.762.256</b>
Aquisições e construções	-	152.369	-	-	29.481	-	3.451	185.301
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>48.601</b>	<b>972.215</b>	<b>8.166</b>	<b>413.597</b>	<b>482.465</b>	<b>3.485</b>	<b>19.028</b>	<b>1.947.557</b>
Aquisições e construções	-	84.505	-	-	40.484	-	10.753	135.742
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>48.601</b>	<b>1.056.720</b>	<b>8.166</b>	<b>413.597</b>	<b>522.949</b>	<b>3.485</b>	<b>29.781</b>	<b>2.083.299</b>
<b>Amortização acumulada</b>								
<b>Saldo em 1° de janeiro de 2024</b>	<b>(20.459)</b>	<b>(127.025)</b>	<b>(4.266)</b>	<b>(160.911)</b>	<b>(49.219)</b>	<b>(2.313)</b>	<b>(4.303)</b>	<b>(368.496)</b>
Amortização do exercício	(3.232)	(22.427)	(678)	(26.108)	(8.584)	(363)	(742)	(62.134)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(23.691)</b>	<b>(149.452)</b>	<b>(4.944)</b>	<b>(187.019)</b>	<b>(57.803)</b>	<b>(2.676)</b>	<b>(5.045)</b>	<b>(430.630)</b>
Amortização do exercício	(3.765)	(26.122)	(789)	(30.410)	(9.999)	(422)	(864)	(72.371)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(27.456)</b>	<b>(175.574)</b>	<b>(5.733)</b>	<b>(217.429)</b>	<b>(67.802)</b>	<b>(3.098)</b>	<b>(5.909)</b>	<b>(503.001)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>								
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>24.910</b>	<b>822.763</b>	<b>3.222</b>	<b>226.578</b>	<b>424.662</b>	<b>809</b>	<b>13.983</b>	<b>1.516.927</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>21.145</b>	<b>881.146</b>	<b>2.433</b>	<b>196.168</b>	<b>455.147</b>	<b>387</b>	<b>23.872</b>	<b>1.580.298</b>

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	<b>2009</b>
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
<b>Total</b>	<b>413.597</b>

(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

## 15. Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CCB (ii)	4,00% a 5,0%	CDI	2026	10.092	15.262
SWAP (iii)	5,00%	CDI	2.026	15.243	14.738
Leasing (i)	4,41% a 6,13%	CDI	2026 - 2030	2.876	4.000
<b>Total</b>				<b>28.211</b>	<b>34.000</b>
Circulante				26.758	31.614
Não circulante				1.453	2.386

- (i) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander, Banco DDL e Banco Mercedes, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Leasing para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;
- (ii) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander, Riza, Quatá e Voiter, na modalidade de cédulas de crédito bancário (CCB) para finalidade de fluxo de caixa.
- (iii) Empréstimos em moeda estrangeira - ViaRondon captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), por uma taxa de USD + 7,17% a.a., tendo sido contratado swap trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 4,58% a.a. A Administração da Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo por meio do resultado, devido à contratação de *swap* exclusivamente para fins de *hedge*. A contratação de instrumentos financeiros derivativos pela companhia é exclusivamente para fins de *hedge*.

Composição por vencimento:	31/12/2025	31/12/2024
2025	26.758	31.614
Acima 2026	1.453	2.386
<b>Total</b>	<b>28.211</b>	<b>34.000</b>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>34.000</b>	<b>34.590</b>
<b>Variação do fluxo de caixa de financiamento</b>		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(37.327)	(32.392)
Pagamentos de juros	(1.115)	(3.282)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(38.442)</b>	<b>(35.674)</b>
<b>Outras variações</b>		
Novas captações	33.600	25.800
Despesas de juros	(947)	9.284
<b>Total de outras variações</b>	<b>32.653</b>	<b>35.084</b>
<b>Saldos finais</b>	<b>28.211</b>	<b>34.000</b>

## 16. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
31/08/2018	Única	110.000	15/10/2036	103% CDI	192.087	167.362	192.087	167.362
15/07/2019	Única	16.600	15/10/2036	103% CDI	29.909	26.059	29.909	26.059
17/01/2022	Única	100.000	15/10/2036	103% CDI	31.438	27.392	31.438	27.392
28/02/2020	Única	700.000	15/12/2034	5,55% + IPCA	-	-	889.369	862.456
18/07/2022	Única	75.000	15/04/2036	9,00% + IPCA	117.105	102.823	117.105	102.823
<b>Total</b>					<b>370.539</b>	<b>323.636</b>	<b>1.259.908</b>	<b>1.186.092</b>
<b>Circulante</b>					-	-	<b>107.093</b>	<b>62.672</b>
Debêntures					-	-	109.577	65.156
(-) Comissão					-	-	(2.484)	(2.484)
<b>Não circulante</b>					<b>370.539</b>	<b>323.636</b>	<b>1.152.815</b>	<b>1.123.420</b>
Debêntures					370.539	323.636	1.172.248	1.145.337
(-) Comissão					-	-	(19.433)	(21.917)
<b>Composição por vencimento:</b>						<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>
2026						64.237		65.156
2027						109.577		113.558
2028						161.975		171.709
2029 a 2036						924.119		835.669
<b>Total</b>						<b>1.259.908</b>		<b>1.186.092</b>
<b>Movimentação das debêntures:</b>								
<b>Controladora</b>						<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>
<b>Saldos iniciais</b>						<b>323.636</b>		<b>288.329</b>
<b>Variação do fluxo de caixa de financiamento</b>								
Pagamentos de principal						-		-
Pagamentos de juros						-		-
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>						-		-
Novas Captações						-		-
Despesas de juros						46.903		35.307
<b>Total de outras variações</b>						<b>46.903</b>		<b>35.307</b>
<b>Saldos finais</b>						<b>370.539</b>		<b>323.636</b>
<b>Consolidado</b>						<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>
<b>Saldos iniciais</b>						<b>1.186.092</b>		<b>1.140.244</b>
<b>Variação do fluxo de caixa de financiamento</b>								
Pagamentos de financiamentos						(14.438)		(49.267)
Pagamentos de juros						(49.799)		(34.414)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>						<b>(64.237)</b>		<b>(83.681)</b>
Novas Captações						-		-
Despesas de juros						138.053		129.529
<b>Total de outras variações</b>						<b>138.053</b>		<b>129.529</b>
<b>Saldos finais</b>						<b>1.259.908</b>		<b>1.186.092</b>

## (i) Controladora

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 110.000 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022.

Em 17 de julho de 2019, a Companhia realizou a terceira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 16.600 (dezesseis milhões e seiscentos mil reais). Foram emitidas 16.600 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 3ª (terceira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022.

Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia realizou a quarta emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com o valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), com vencimento em 17 de janeiro de 2023. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 30 de junho de 2022, haviam sido subscritas o valor total de 36.000 debêntures e a 2ª e 3ª Emissão de Debêntures com vencimento de pagamento de juros e principal em 31 de agosto de 2022, foram aditadas com postergação do vencimento para 31 de agosto de 2025.

Em 18 de julho de 2022, a Companhia realizou a quinta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no valor total de R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais).

Foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de outubro de 2026 e último vencimento em 15 de abril de 2036. As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 9% a.a.

## (ii) Controlada

Em 28 de fevereiro de 2020, a Controlada realizou a segunda emissão pública de debêntures simples (em decorrência da possibilidade da diminuição das taxas do antigo endividamento), não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de setembro de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: **(a)** tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; **(b)** não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; **(c)** os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e **(d)** sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no exercício. Excetuam-se os **(1)** mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; **(2)** operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

- Se a Emissora realizar qualquer distribuição de recursos à Acionista na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização de ações, bonificações em dinheiro e quaisquer outros tipos de remuneração, quando (a) a Emissora estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) no exercício compreendido entre a Data de Emissão (inclusive) e 31 dezembro de 2025, inclusive; (c) a Emissora não tiver efetuado 70% (setenta por cento) dos investimentos referidos na cláusula 4.15.1.2 (k) até o final do ano de 2025; e (d) a partir de 31 de dezembro de 2025, exclusive, caso o ICSD mínimo do ano anterior estiver em patamar inferior ao de 1,3x ou que reduza o ICSD Futuro (relativo aos 24 meses seguintes) em patamar inferior a 1,3x;
- Em referência à cláusula 3.2 – Destinação de Recursos da Escritura Particular da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples celebrada em 29 de janeiro de 2020 (“Instrumento de Emissão”), informamos abaixo descritivo da alocação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures utilizados das seguintes formas: Aportes de recursos financeiros na Viarondon Concessionária de Rodovia S.A., destinados ao projeto de manutenção e ampliação no Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, conforme tabela abaixo:

**Intangível ViaRondon R\$ mil**

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
	126.741	206.110	162.067	130.130	196.282	120.083	<b>941.413</b>
<b>Total Intangível</b>		941.413					
<b>Debênture</b>		700.000					
<b>Saldo</b>		(241.413)					

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 37.254 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.484. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 21.917.

## 17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	-	-	14.622	27.566
Fornecedores - risco sacado (ii)	-	-	11.883	35.656
Medições a pagar	-	-	506	223
Retenções (i)	-	-	6.745	7.509
<b>Total</b>	-	-	<b>33.756</b>	<b>70.954</b>

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.
- (ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

Composição por vencimento do total de “Fornecedores diversos” e “Fornecedores – risco sacado”:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	10.902	17.683
De 31 a 360 dias	14.496	44.297
<b>Total</b>	<b>25.398</b>	<b>61.980</b>
<b>Vencidas</b>		
Até 30 dias	710	519
De 31 a 360 dias	396	723
<b>Total</b>	<b>1.107</b>	<b>1.242</b>
<b>Total</b>	<b>26.505</b>	<b>63.222</b>

## 18. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada.

Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante	70.797	53.111
<b>Total</b>	<b>70.797</b>	<b>53.111</b>

Movimentação da provisão para manutenção:

<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>48.259</b>
Realização por consumo	(39.125)
Adições	43.977
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>53.111</b>
Realização por consumo	(32.461)
Adições	50.147
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>70.797</b>

## 19. Ativos e passivos fiscais diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2025 e 2024, reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa	65.916	79.350
Provisão para manutenção	24.071	18.058
Outras provisões temporárias	597	1.986
<b>Total</b>	<b>90.584</b>	<b>99.394</b>
<b>Passivo</b>		
Custos dos empréstimos	(23.079)	(19.248)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(91.147)	(88.596)
<b>Total</b>	<b>(114.226)</b>	<b>(107.844)</b>
<b>Total</b>	<b>(23.642)</b>	<b>(8.450)</b>

#### a) Créditos tributários

##### Companhia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	232.226	213.636

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido à falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

##### Controlada

Em 31 de dezembro de 2025, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	39.452	140.703

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2028, como demonstrado a seguir:

2026	39.452
<b>Total</b>	<b>39.452</b>

#### c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora – Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>35.576</b>	<b>94.222</b>
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	12.096	32.035
Equivalência patrimonial	54.167	124.466
<b>Total</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

Consolidado – Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>75.776</b>	<b>62.150</b>
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	25.764	21.131
(-) Adições permanentes	(5.193)	(5.318)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.779)	(22.939)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.421)	55.011
<b>Total</b>	<b>(18%)</b>	<b>89%</b>

## 20. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025, está provisionado o montante de R\$ 3.508 (R\$ 3.371 em 31 de dezembro de 2024), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>1.866</b>	<b>1.505</b>	<b>3.371</b>
Provisão	2.835	808	3.643
Reversão de provisão	(2.765)	(741)	(3.506)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.936</b>	<b>1.572</b>	<b>3.508</b>

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 15.653 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.958 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 47.500 (Nota Explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	92	8.195	74	7.965
Trabalhistas	60	7.458	52	4.993
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>15.653</b>	<b>126</b>	<b>12.958</b>

## 21. Patrimônio Líquido

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025, é apresentada a seguir:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	223.846.668	50,03
Splíce do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868	49,97
<b>Total</b>	<b>447.469.536</b>	<b>100,00</b>

### Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

### Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

## 22. Receita operacional líquida – Consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de pedágios	411.418	378.722
Receitas acessórias	11.004	11.195
Receita de construção	89.974	157.328
Outras receitas	258	136
Tributos incidentes	(35.700)	(33.629)
<b>Total</b>	<b>476.954</b>	<b>513.752</b>

## 23. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(82)	(76)
<b>Total</b>	<b>(82)</b>	<b>(76)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas (i)</b>	<b>(82)</b>	<b>(76)</b>

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Serviço de terceiros	(28.930)	(31.347)
Custo com pessoal	(30.060)	(29.862)
Amortização e depreciação	(75.141)	(64.724)
Constituição de provisão para manutenção	(50.147)	(43.977)
Custo de contrato de concessão	(12.680)	(11.702)
Custo de construção (ii)	(89.974)	(157.328)
Outros	(5.948)	(7.581)
	<b>(292.880)</b>	<b>(346.521)</b>
Custo dos serviços prestados	(196.460)	(181.443)
Despesas administrativas e gerais (i)	(6.446)	(7.750)
Custo de construção	(89.974)	(157.328)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

(ii) Variação devido a obras contratuais com alterações de escopo.

## 24. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Outras receitas financeiras	28.456	5.198
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>28.456</b>	<b>5.198</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(46.965)	(35.366)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(46.965)</b>	<b>(35.366)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(18.509)</b>	<b>(30.168)</b>

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Outras receitas financeiras	28.456	5.198
Rendimentos de aplicações financeiras	9.075	10.624
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>37.531</b>	<b>15.822</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(135.851)	(119.534)
Outras despesas financeiras	(9.978)	(1.369)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(145.829)</b>	<b>(120.903)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(108.298)</b>	<b>(105.081)</b>

## 25. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	58	30
Outros créditos	-	32	32
<b>Passivos</b>			
Debêntures	16	370.539	323.636
<b>Consolidado</b>			
	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	545	612
Aplicação financeira	9	74.559	44.615
Contas a receber de clientes	10	30.233	24.811
Outros créditos	-	3.728	2.288
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	28.211	34.000
Debêntures	16	1.259.908	1.186.092
Fornecedores	17	33.756	70.954
	Notas	Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	-	1.676
<b>Passivo</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	56	-

### b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025.

### c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

#### (i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

#### (ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

##### Consolidado

Em 31/12/2025	Contábil	Fluxo contratual	2026	2027	Acima de 2030
Empréstimos e financiamentos	28.211	28.211	26.758	1.453	-
Debêntures	1.259.908	1.932.583	64.237	109.577	1.758.769
Fornecedores e outras contas a pagar	38.540	38.540	38.540	-	-
<b>Dividendos pagar</b>	66	66	66	-	-
<b>Total</b>	<b>1.326.725</b>	<b>1.999.400</b>	<b>129.601</b>	<b>111.030</b>	<b>1.758.769</b>

Em 31/12/2024	Contábil	Fluxo contratual	2025	2026	Acima de 2027
Empréstimos e financiamentos	34.000	34.000	31.614	2.386	-
Debêntures	1.186.092	2.091.648	64.814	113.558	1.913.276
Fornecedores e contas a pagar	75.735	75.735	75.735	-	-
<b>Dividendos pagar</b>	66	66	66	-	-
<b>Total</b>	<b>1.295.893</b>	<b>2.201.449</b>	<b>172.229</b>	<b>115.944</b>	<b>1.913.276</b>

(\*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 15 e 16.

### (iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2025 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

### Riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

### Perfil

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

	Valor contábil	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Instrumentos de taxa pré-fixada</b>		
Empréstimos e financiamentos	28.211	34.000

  

Risco	Valor contábil		
	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Debêntures controlada	IPCA	889.369	862.456
Debêntures controladora	CDI	370.539	323.636

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

### (iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA.

### (v) Seleção dos cenários

A Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA e CDI de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (Bacen) – Relatório Focus, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), em 31 de dezembro de 2025.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

### (vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e CDI é apresentada na tabela abaixo:

**Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures controlada	911.286	Aumento IPCA	4,26%	(3.757)	5,33%	(4.696)	6,39%	(5.636)
Debêntures controladora	370.539	Aumento IPCA	4,26%	(135.449)	5,33%	(169.311)	6,39%	(203.174)
Empréstimos e Financiamentos	25.335	Aumento CDI	14,90%	-	18,63%	-	22,35%	-
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.307.160</b>			<b>(139.206)</b>		<b>(174.008)</b>		<b>(208.809)</b>
<b>Impacto no resultado do exercício apresentado</b>				<b>(139.206)</b>		<b>(174.008)</b>		<b>(208.809)</b>

  

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	911.286	Redução IPCA	4,26%	3.757	3,20%	2.818	2,13%	1.879
Debêntures controladora	370.539	Redução IPCA	4,26%	135.449	3,20%	101.587	2,13%	67.725
Empréstimos e Financiamentos	25.335	Redução CDI	14,90%	-	11,18%	-	7,45%	-
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.307.160</b>			<b>139.206</b>		<b>104.405</b>		<b>69.603</b>
<b>Impacto no resultado do exercício apresentado</b>				<b>139.206</b>		<b>104.405</b>		<b>69.603</b>

Instrumentos	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenários					
			Provável	Aumento do índice em 25%	Aumento do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures controlada	886.857	Aumento IPCA	4,83%	(4.191)	6,04%	(5.238)	7,25%	(6.286)
Debêntures controladora	323.636	Aumento IPCA	4,83%	(92.982)	6,04%	(116.228)	7,25%	(139.474)
Empréstimos e Financiamentos	29.987	Aumento CDI	12,15%	-	15,19%	-	18,23%	-
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.240.481</b>			<b>(97.173)</b>		<b>(121.466)</b>		<b>(145.760)</b>
<b>Impacto no resultado do exercício apresentado</b>				<b>(97.173)</b>		<b>(121.466)</b>		<b>(145.760)</b>

  

Instrumentos	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenários					
			Provável	Redução do índice em 25%	Redução do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures	886.857	Redução IPCA	4,83%	4.191	3,62%	3.143	2,42%	2.095
Debêntures controladora	323.636	Redução IPCA	4,83%	92.982	3,62%	69.737	2,42%	46.491
Empréstimos e Financiamentos	29.987	Redução CDI	12,15%	-	9,11%	-	6,08%	-
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.240.481</b>			<b>97.173</b>		<b>72.880</b>		<b>48.587</b>
<b>Impacto no resultado do exercício apresentado</b>				<b>97.173</b>		<b>72.880</b>		<b>48.587</b>

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

#### (vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

#### (viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

#### Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

### 25.1. Instrumento Financeiro Derivativo

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025 têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A ViaRondon contratou operações de swap para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira, riscos de inflação/juros para proteção de riscos cambiais dos contratos com fornecedores estrangeiros. Abaixo está detalhada a operação vigente

<b>Empresa</b>	<b>Risco</b>			<b>Risco Coberto</b>	
ViaRondon	Swap – riscos cambiais			100% de empréstimo em moeda estrangeira	
	<b>Taxa de juros a.a.</b>	<b>Indexador</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
SWAP	5,00%	CDI	2026	56	1.676
<b>Total</b>				<b>56</b>	<b>1.676</b>

### 26. Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura</b>
Garantia operação	Maio/2024 a maio/2027	71.504
Garantia ampliação	Maio/2024 a maio/2027	101.899
Operacionais	Maio/2025 a maio/2026	3.083.434
Responsabilidade civil	Maio/2025 a maio/2026	49.300

Em virtude da aquisição dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

## 27. Benefícios aos empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

## 28. Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

## 29. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita às fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar suas informações financeiras.

## 30. Compromissos vinculados a contrato de concessão – Consolidado

### **Decorrente da verba de fiscalização**

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária.

### **Investimentos**

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. A Controlada tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais.

Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da economia brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a Administração da Controlada acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

## 31. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025 não ocorreu itens não caixa os quais fossem requeridas divulgações adicionais.

\* \* \*

### **Diretoria**

Antônio Roberto Beldi  
Ricardo Constantino

### **Conselheiros**

Antônio Roberto Beldi;  
Marco Antonio Beldi;  
Ricardo Constantino;  
Paulo Sérgio Coelho.

### **Contador**

Durval Maia  
CT – CRC/SP nº 1SP-292.261/O-8